

EXPLORAÇÃO SEXUAL

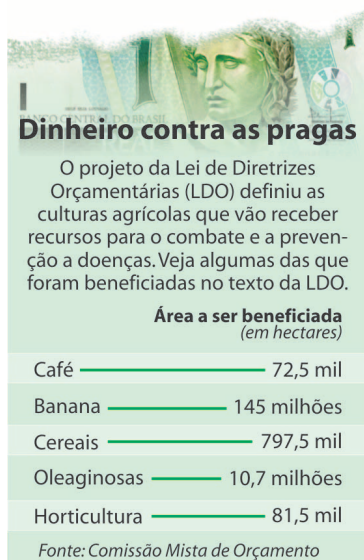
A CPI Mista da Exploração Sexual retoma amanhã o debate sobre a inclusão, ou não, do nome do vice-governador do Amazonas, Omar Aziz, na lista de 250 pessoas citadas no relatório da deputada Maria do Rosário. O senador Arthur Virgílio é autor do destaque para retirada do nome.

Página 3

BALANÇO DAS COMISSÕES

Entre outras iniciativas, a Comissão de Fiscalização e Controle discutiu no primeiro semestre a venda da Embratel e os contratos da Caixa com a Gtech. Na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, o destaque foi o projeto que cria as parcerias público-privadas (PPPs).

Páginas 4 e 5



Congresso examina LDO e créditos suplementares

Senadores e deputados tentam votar amanhã autorização de créditos, o Plano Plurianual de Investimentos e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Os parlamentares só podem entrar em recesso depois da aprovação da LDO

Página 3

Jefferson quer audiência sobre barreiras da Argentina

O senador Jefferson Péres propôs à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realização de audiência pública sobre as barreiras impostas pela Argentina a produtos brasileiros. Para o parlamentar, o Brasil deve reabrir na Organização Mundial do Comércio processos contra o país vizinho, suspensos em nome do fortalecimento do Mercosul. Jefferson Péres afirma que “o Brasil tem se revelado uma generosa mãe para os argentinos, suportando déficits desde 1995”. Resta saber, disse, “se o governo continuará de braços cruzados”.

Página 3



EXAME Paciente é atendida no Laboratório de Hanseníase da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio

Especial Cidadania: cuidado com a hanseníase e a tuberculose

Página 8

Eleição de suplente de senador pode mudar

A Comissão de Justiça está examinando duas propostas de emenda à Constituição que tratam do suplente de senador e da eleição para o cargo no caso de vacância. Uma delas impede que o suplente seja cônjuge ou parente do titular. A segunda proposta determina que o cargo vago de senador será preenchido na eleição geral seguinte. Atualmente, o senador que falecer, renunciar ou perder o mandato será sucedido pelo suplente. As duas propostas, que tramitam em conjunto, aguardam a designação de relator na comissão.

Página 4

Viana quer examinar para avaliar médicos recém-formados



Proposta de Tião Viana está em tramitação na CE

Os médicos recém-formados serão obrigados a passar por um exame de proficiência antes de receber autorização para exercer a Medicina. Projeto neste sentido foi apresentado pelo senador Tião Viana (PT-AC) e tramita na Comissão de Educação (CE). O objetivo é instituir entre os médicos uma prática que já existe em outras profissões, como a de advogado, que só recebe licença para trabalhar após passar no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A medida (PLS 217/04) só atinge os médicos recém-formados. A matéria publicada na edição do *Jornal do Senado* de sexta-feira, sobre o discurso do senador, deu a entender que o exame seria realizado anualmente com todos os médicos.

Pelo projeto, o Conselho Federal de Medicina (CFM) ficaria encarregado da aplicação do Exame Nacional de Proficiência em Medicina. Os alunos recém-formados fariam a prova em uma data única em todo o país e os que passassem teriam direito a se inscrever nos conselhos regionais de Medicina. Na prática, isso significa que só os que forem aprovados poderão exercer a profissão.

A proposta também estabelece que os estudantes formados em universidades estrangeiras terão seus diplomas validados caso passem no exame.

Augusto espera que STF derrube taxaço de inativo

■ Julgamento já foi iniciado e, até agora, dois ministros votaram contra e um a favor, informa o parlamentar

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) manifestou a esperança de que o Supremo Tribunal Federal (STF) derrube a cobrança de alíquota de previdência de 11% para os inativos do serviço público, instituída pela reforma da Previdência, no ano passado. Ele comentou os votos dados até agora por três ministros – o julgamento deve continuar em agosto. Houve pedido de vista quando dois



INJUSTO Para Augusto Botelho, cobrança de aposentados fere direitos adquiridos

ministros haviam votado contra a taxaço e um a favor.

– Alertei aqui desta tribuna que cobrar previdência de inativos fere direitos adquiridos.

Vejo com satisfação que comungam do mesmo entendimento a ministra Ellen Gracie, relatora das ações, e o ministro Carlos Ayres Britto – afirmou.

As ações diretas de inconstitucionalidade contra os 11% foram apresentadas pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e pela Associação Nacional dos Procuradores da República.

Segundo Augusto, o advogado da Conamp, ex-procurador-geral da República Aristides Junqueira, explicou que o STF está discutindo a cobrança de pessoas que já estavam na inatividade quando foi publicado o texto da reforma da Previdência, em dezembro passado.



LUTA Pequenas empresas estariam isentas do pagamento da Cofins, sugere Marcos Guerra

Marcos Guerra propõe incentivo para a geração de empregos

O senador Marcos Guerra (PSDB-ES) apresentou projeto de lei concedendo isenção da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) às médias, pequenas e microempresas que criarem postos de trabalho. O projeto, que estabelece o benefício limitado à folha de salários dos novos contratados, tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, posteriormente, será enviado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pela proposta, as empresas poderão deduzir, do Imposto de Renda devido, as despesas geradas na criação de empregos, em um limite de 10% do montante. Em sua justificativa, Marcos Guerra argumentou que novos empregos significam mais dinheiro circulando, redução da violência e melhoria na educação e saúde, fatores que, seguramente, contribuem para o efetivo crescimento da economia.

Ele lembrou ainda a importância do emprego na vida de cada brasileiro, especialmente para a população jovem, que, se impedida de exercer uma ocupação remunerada condignamente, pode ser levada a se envolver em atividades de risco, quando não ilegais. A proposição combina a participação de dois agentes indispensáveis no combate ao desemprego, argumentou ele: a sociedade, por meio das empresas de pequeno porte, e o governo, na medida em que reduz a carga tributária, incentiva a criação de empregos e favorece o ingresso de consumidores adicionais na economia.

Agenda

Congresso analisa amanhã Lei de Diretrizes Orçamentárias



O Plenário realiza hoje, às 14h30, sessão não deliberativa. Sem a votação de projetos, ela é destinada a pronunciamentos de parlamentares. Amanhã, o Congresso se reúne às 14h para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2005, o Plano Plurianual (PPA) 2004/2007 e 26 pedidos de créditos suplementares.

Destaques ao relatório da CPI da Exploração Sexual

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual promove reunião amanhã, às 15h. O colegiado vai analisar os destaques apresentados ao relatório final da deputada Maria do

Rosário. O documento recomenda o indiciamento de cerca de 250 suspeitos de envolvimento com a exploração sexual de crianças e adolescentes em todo o país.

Relações exteriores em análise

A TV Senado apresenta hoje, às 21h30, o programa *Diplomacia*. Nesta edição, o assessor especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, faz um balanço do desempenho da administração atual nas relações exteriores.

Programas da Rádio Senado

Pela página da Rádio Agência, na Internet, é possível adquirir os programas produzidos pela Rádio Senado. O serviço é gratuito e, para o download do material, basta cadastrar a emissora no site www.senado.gov.br/radio.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Márcia Kólume

EXCLUSÃO Arthur Virgílio (D) espera que nome do vice-governador do Amazonas fique fora do relatório final da comissão

CPI da Exploração Sexual analisa destaque amanhã

A CPI da Exploração Sexual retoma amanhã, a partir das 10h, o embate em torno da manutenção, em seu relatório final, do pedido de indiciamento do vice-governador do Amazonas, Omar Aziz, por crime de exploração sexual de menores. Enquanto o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), apresentou requerimento solicitando a supressão do nome de Aziz do rol de 250 possíveis indiciados, a relatora, deputada Maria do Rosário (PT-RS), decidiu manter sua recomendação, declarando-se convicta da procedência das denúncias contra o político amazonense.

A apresentação do destaque para votação em separado desse caso movimentou a sessão em que foi aprovado o relatório final da CPI. Arthur

Virgílio considerou que a inclusão do nome de Omar Aziz no documento se baseou “em indícios minimamente confiáveis”, apontando ainda a “inexistência de provas consistentes”.

Maria do Rosário revelou ter extraído sua convicção sobre a culpa do vice-governador do Amazonas do depoimento da vítima, “que olhou nos meus olhos e disse que afirmava na cara dele que era ele (o autor da exploração sexual)”. A CPI deve examinar destaque da deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), que defende não a simples sugestão de indiciamento dos suspeitos, conforme consta do texto aprovado, mas o encaminhamento de indiciamento ao Ministério Público e às autoridades competentes.

Documento é resultado de mais de um ano de trabalho

Após se debruçar por mais de um ano sobre as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes brasileiras, a CPI da Exploração Sexual ofereceu à sociedade um relatório com quase 700 páginas, aprovado na semana passada. Sem se restringir à divulgação de rotas de tráfico e casos emblemáticos, o documento procurou analisar e traçar perspectivas para as políticas públicas do setor, propondo ainda alterações legislativas em dezenas de dispositivos do Código Penal e da Lei de Crimes Hediondos e o indiciamento de cerca de 250 suspeitos.

Com base na Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes (Pestraf) de 2002, a comissão revelou a existência de 241 rotas de tráfico para fins sexuais, de caráter internacional, inte-

restadual e intermunicipal, nas cinco regiões do país. Norte e Nordeste aparecem na dianteira, com, respectivamente, 76 e 69 rotas identificadas.

Das 554 ocorrências catalogadas pela CPI, 151 vieram do Nordeste e 108 do Norte do país. Partiu dessa região, por exemplo, a denúncia contra o vice-governador do Amazonas, Omar Aziz, que seria cliente de um “esquema” de aliciamento de menores pela cafetina Darlei Cristina, que agenciaria adolescentes para programas sexuais com políticos, autoridades e empresários.

Também aparece o envolvimento do ex-atleta Zequinha Barbosa em encontros sexuais com adolescentes em motéis de Campo Grande. A comissão ainda notificou, no Maranhão, dois casos de tráfico internacional de mulheres.

Congresso tenta votar LDO e créditos suplementares

Aprovação de propostas e início do recesso dependem de acordo das lideranças partidárias

Deputados e senadores reúnem-se em sessão do Congresso, amanhã, às 14h, para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano que vem, 26 pedidos do governo para abertura de créditos suplementares e o Plano Plurianual (PPA) 2004/07, que lista todos os investimentos da União para os próximos anos. Até o final de sexta-feira, não constava da pauta o projeto de lei que aumenta em R\$ 2 bilhões os gastos com pessoal neste ano, o que possibilitará o pagamento dos reajustes salariais negociados com os servidores federais.

A reunião será uma continuidade da sessão da última quinta-feira, suspensa depois que o deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ) pediu verificação de quórum, em protesto contra o Banco do Brasil, que estaria dificultando a liberação para a prefeitura do Rio de 70% dos depósitos judiciais feitos em ações movidas por contribuintes contra o município. Na ocasião, o deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que presidia a reunião do Congresso, decidiu sus-



DIRETRIZES Garibaldi Alves foi o relator da LDO na Comissão de Orçamento

pendar a sessão até amanhã, à espera de um acordo dos governistas com o deputado. Caso isso aconteça, fica mantida a lista de presença de quinta-feira e os projetos poderão ser votados simbolicamente pelos líderes partidários.

Sem acordo, dificilmente haverá votação da LDO, pois o deputado Rodrigo Maia promete pedir verificação de quórum novamente. Nesse caso, o governo terá de marcar a sessão do Congresso para outro dia e mobilizar no mínimo 257 deputados e 41 senadores para que sustentem a reunião (quórum mínimo para votação no Congresso). Enquanto não for votada a LDO, os deputados e senadores não podem entrar no recesso de meio do ano. Assim, Senado e Câmara realizarão até a votação da LDO ses-

sões não deliberativas, dedicadas a pronunciamentos dos parlamentares.

A LDO já foi aprovada pela Comissão Mista de Orçamento, depois de uma polêmica entre o governo e o relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). O senador colocou entre as orientações para elaboração do Orçamento da União para 2005 a obrigatoriedade de se corrigir o salário mínimo no mesmo percentual

do crescimento econômico, medido pelo produto interno bruto (PIB). O governo não aceitou e foi negociada uma alternativa: no ano que vem, o salário mínimo receberá, acima da inflação dos 12 meses anteriores, a variação do PIB *per capita*. Esse percentual é menor que o crescimento do PIB, pois desconta-se o crescimento populacional.

Já o Plano Plurianual foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento há quase dois meses, mas, por falta de acordo nas sessões do Congresso, ainda não foi votado pelo Plenário de deputados e senadores.

De qualquer forma, amanhã podem ser votados os 26 pedidos de créditos suplementares, pois o deputado Rodrigo Maia informou que não pretende prejudicar os ministérios.

Barreira argentina preocupa Jefferson

Jefferson Péres (PDT-AM) apresentou requerimento para que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realize audiência pública com o objetivo de debater as barreiras impostas pela Argentina às exportações brasileiras. Jefferson apelou ao presidente Lula e ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para que reabram, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), processos que o Brasil moveu contra aquele país em razão de restrições aos têxteis e frangos, e dos quais abriu mão em nome do fortalecimento do Mercosul, e que recorram contra a ameaça aos eletrodomésticos brasileiros.

O senador pede para que sejam ouvidos pela CRE o embaixador Luiz Filipe de Macedo



Roosevelt Pinheiro

DEBATE Jefferson Péres propõe que a questão seja examinada em audiência pública

Soares Guimarães, subsecretário-geral de Assuntos da América do Sul do Itamaraty; Maurice Costin, diretor do Departamento de Comércio Exterior da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp); Paulo Saab, presidente da Eletros; Paulo Skaf, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e

de Confecção (Abit); e a professora-doutora Julie Schmied-Zapata, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

— O Brasil tem-se revelado mais que um parceiro, uma generosa mãe para os argentinos, suportando déficits no comércio bilateral desde 1995. Preferimos comprar da Argentina o mesmo trigo e o mesmo petróleo que poderíamos obter alhures a preços mais baixos. Tudo em nome do fortalecimento do bloco e do aprofundamento da integração comercial regional— disse Jefferson Péres.

Este ano, pela primeira vez em uma década, observou o senador, o Brasil conta com a perspectiva de um saldo bilateral favorável ao país da ordem de US\$ 1 bilhão.

Empregado pode escolher banco para receber salário

A até hoje obrigados a abrir uma conta no banco indicado pelas empresas onde trabalham, os empregados poderão ter o direito de escolher livremente a instituição bancária e a agência na qual pretendem receber seus salários. A medida consta do projeto de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que

será analisado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto (PLS 176/04) modifica a Lei 10.820/03, que permite aos empregados autorizar desconto em folha do pagamento de prestações referentes a dívidas de empréstimos. Na opinião do parlamentar, o problema que entrava a ampla uti-

lização dessas operações financeiras pelo trabalhador é o fato de a escolha da instituição bancária para o pagamento dos salários ser feita pelo empregador. Tuma argumenta que "as outras instituições financeiras ficam então desencorajadas, e a concorrência pela concessão de empréstimos a juros e taxas menores aos emprega-

dos não chega a se estabelecer". – Precisamos reduzir o custo do dinheiro, e isso só será possível com a verdadeira concorrência. A liberdade do trabalhador para escolher a agência e a instituição bancária estimulará a competição, reduzindo as taxas praticadas no mercado – afirma Romeu Tuma na justificativa de seu projeto.



BENEFÍCIO Medida deve reduzir custo de empréstimos, argumenta Romeu Tuma



RESTRIÇÃO Proposta de Sibá impede inscrição de cônjuge ou parente do titular

PECs disciplinam a candidatura a suplente de senador

Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) duas propostas de emenda constitucional que, tramitando em conjunto, disciplinam a candidatura do suplente de senador e eleição para o cargo no caso de vacância. A primeira, de Sibá Machado (PT-AC), chegou a receber parecer contrário de José Maranhão (PMDB-PB). Mas Sibá requereu que a matéria tramitasse em conjunto com a outra PEC, de Jefferson Péres (PDT-AM).

A proposta de Sibá Machado é mais abrangente. Além de determinar que ocorrendo vaga de senador, antes do término do mandato, será realizada nova eleição para o preenchimento do cargo, impede que o suplente seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular.

Já a PEC de Jefferson Péres determina que, se o cargo ficar vago, será preenchido nas eleições gerais seguintes. "Não nos afigura adequado e democrático que, de acordo com o regimento em vigor, o suplente de senador ganhe praticamente muitos anos de mandato sem o voto popular, circunstância que tem acontecido quando a vaga ocorre logo no início do mandato do titular."

Fiscalização e Controle teve muito trabalho no semestre

Entre outros assuntos, comissão debateu Operação Vampiro, venda da Embratel e contaminação de água

No primeiro semestre deste ano, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realizou 17 reuniões, das quais três ordinárias, 13 extraordinárias e uma conjunta, bem como cinco audiências públicas, tendo enviado, ainda, requerimento de informações ao Ministério da Fazenda sobre o Banco Mercantil de Descontos (BMD S/A). Estão pendentes mais duas audiências públicas, já aprovadas: a primeira com o ministro da Saúde, Humberto Costa, que falará sobre o superfaturamento na compra de hemoderivados, por uma quadrilha descoberta pela Operação Vampiro, da Polícia Federal, e a segunda para ouvir o presidente do Serpro sobre as aquisições daqueles produtos pelo ministério, no período de 1992 a 2004.

Lúcia Vânia quer Lei de Responsabilidade Social

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), representou o colegiado, na semana passada, no seminário Controle Social e Cidadania, promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Ela abordou o tema "Atuação dos agentes de controle". Segundo a senadora, "o agente público não é um mero fiscal, pois se exige dele competência, ética e probidade".

Na ocasião, Lúcia Vânia mencionou a proposta de emenda à Constituição (PEC 29/03), em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



DESEMPENHO CFC promoveu, no primeiro semestre deste ano, 17 reuniões deliberativas e cinco audiências públicas

A primeira audiência de 2004 teve a participação do presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, que presenou esclarecimentos sobre a renovação do contrato entre a Gtech do Brasil, responsável pelo processamento das loterias, e a Caixa.

A CFC promoveu duas audiências destinadas a esclarecer o processo de contaminação da água e a desertificação na região de Vazante (MG) em decorrência da exploração de zinco. Foram realizadas ainda duas audiências para debater o processo de venda da Embratel.

Estiveram presentes, entre outros, os presidentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Carlos Lessa; da Comissão de Valores Mobiliários, Luiz Leonardo Cantidiano; e da Associação Nacional de Investidores do Mercado de Capitais (Animec), Waldir Luiz Corrêa.

Funcionam no âmbito da CFC duas subcomissões – uma incumbida de fiscalizar as agências reguladoras e outra com o objetivo de acompanhar as obras inacabadas ou suspensas que tenham recebido recursos públicos.



DEBATE Lúcia Vânia defendeu nova legislação em seminário no Tribunal de Contas da União

(CCJ), que possibilita a criação de uma Lei de Responsabilidade Social.

– Acredito que, ao ser votada,

Simon sugere participação popular no orçamento

Com o objetivo de fornecer as bases regulamentares para viabilizar a participação direta da população no processo orçamentário público dos três níveis de governo, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou projeto de lei complementar que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pelo projeto, o envolvimento da população poderá ser feito por meio de audiências públicas e apresentação de indicações e proposições, bem como de emendas aos projetos de lei orçamentária anual, diretrizes orçamentárias (LDO) e plano plurianual (PPA).

Para tornar viável essa participação, o projeto (PLS 159/04) prevê que, durante a elaboração dessas propostas pela União, estados e municípios, o Executivo dará conhecimento público das características dos projetos, para permitir questionamentos e apresentação de propostas de emendas por parte dos cidadãos.

Segundo Simon, na trilha aberta pela Constituição, compete aos administradores públicos e ao segmento político ampliar o envolvimento da sociedade na condução dos negócios públicos, criando novos instrumentos de participação popular.



CIDADANIA Conforme iniciativa de Simon, processo de elaboração incluirá audiência pública

Justiça ficará melhor com reforma, afirma Fátima Cleide

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) disse que a reforma do Judiciário vai permitir a mudança da estrutura desse Poder e que "é preciso haver no país, especialmente entre os magistrados, maior sentimento de Justiça. Entre os pontos mais importantes da proposta, ela destacou o controle externo, mediante o Conselho Nacional de Justi-

ça, órgão formado por membros do Judiciário, do Ministério Público, advogados e representantes da sociedade indicados pela Câmara e pelo Senado.

A senadora citou como exemplo do que considera ser o ideal da Justiça a decisão de um juiz que concedeu pensão da Previdência Social a um homem de 60 anos que não

tinha direito ao benefício "de acordo com a letra fria da lei", mas que trabalhava desde os 5 anos e aparentava possuir 80 anos de idade, de tão desgastado pelo trabalho.

– Esse juiz está sintonizado com seu tempo. Honra a Justiça – disse.

Fátima Cleide considera que há consenso na sociedade de que o Poder Judiciário não pode ficar

como está, uma vez que a morosidade das decisões acaba gerando injustiça e resulta na impossibilidade de reparação de direitos violados. Lamentou, no entanto, que a possibilidade de o conselho vir a retirar juízes do cargo, como previa o texto oriundo da Câmara, tenha sido excluída no substitutivo aprovado pelo Senado.



Roosevelt Pinheiro

SEQÜELA Morosidade nas decisões acaba causando injustiças, lembra Fátima Cleide



Roosevelt Pinheiro

CRÍTICA Para Leonel Pavan, manifestação do ministro privilegia ambições pessoais

Leonel Pavan questiona declaração de José Dirceu

A declaração atribuída ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, de que seu único projeto político pessoal seria o de reeleger o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi apontada pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC) como simbólica da mentalidade política que predomina na administração federal.

Pavan afirmou que "a declaração do ministro ajuda a entender o atual governo, que privilegia as ambições pessoais em detrimento dos compromissos com o desenvolvimento do país". O senador pediu a transcrição, como parte de seu discurso, do artigo "A Confissão de Dirceu", do jornalista Clóvis Rossi, publicado na *Folha de S. Paulo*.

No texto, o jornalista questiona se governar o país deixou de fazer parte do projeto político de Dirceu, que define como "um dos mais altos funcionários do Estado". Caso se tratasse de um lapso retórico, prossegue o articulista, o ministro deveria esclarecer publicamente qual seria, de fato, o seu projeto político.

"Se for só esse que ele anunciou, tem que pedir demissão", escreveu Rossi na *Folha*, no artigo citado pelo senador Leonel Pavan. "Não é honesto trabalhar com dinheiro público apenas para reeleger um cidadão", diz o jornalista.

Aprovação das PPPs é o destaque da Infra-Estrutura

■ Em apenas um semestre, comissão faz oito reuniões e aprova sete projetos e 15 requerimentos

A aprovação, após realização de audiência pública, do parecer favorável ao projeto de lei que cria as parcerias público-privadas (PPPs) foi o destaque das atividades da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, no primeiro semestre de 2004. Sob a presidência do senador José Jorge (PFL-PE), a CI reuniu-se oito vezes entre março e junho, média de uma reunião a cada quinzena, apreciando sete projetos, 15 requerimentos e quatro indicações, todos aprovados por seus 23 integrantes.

O PLC 10, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração federal, foi relatado pelo então senador João Tenório (PSDB-AL), suplente de Teotônio Vilela Filho. A matéria é considerada como uma das al-



Márcio Kollme

UNIÃO Trabalho dos senadores da CI pode acabar com a cultura da desconfiança entre os setores público e privado do país

ternativas do governo para atrair novos investimentos para setores carentes de recursos, como infra-estrutura e saneamento. Empresas privadas nacionais e estrangeiras poderão assumir tarefas do setor público mediante contratos firmados com o governo, por meio de licitações.

O relator da proposta, João Tenório, solicitou a realização de uma audiência pública, da qual participaram o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Demian Fiocca; o secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fa-

zenda, Joaquim Levy; o presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas da Previdência Complementar (Abrapp), Fernando de Mello; o presidente da Confederação Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), Paulo Simão; e o vice-presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base (Abdib), Ralph Terra.

No relatório, João Tenório disse que há uma cultura de desconfiança nas relações entre os setores público e privado e que, com a aprovação do projeto, o Senado derrubaria esses preconceitos.

Executivo e Legislativo fizeram um bom trabalho, avalia Ideli

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), líder do PT na Casa, considerou positivo o balanço dos trabalhos legislativos e da atuação do governo federal no primeiro semestre deste ano. Na opinião da senadora, as eleições municipais no segundo semestre forçaram maior produtividade no início do ano, tornando 2004 marcado por muito esforço e trabalho.

Para Ideli, os questionamentos sobre os rumos do governo vêm sendo diariamente combatidos. Ao longo do primeiro semestre, os embates entre oposição e governo reve-



Roosevelt Pinheiro

PRODUTIVIDADE Ideli ressalta que eleições de outubro forçaram o ritmo no primeiro semestre

laram a força da democracia brasileira e reforçaram ainda mais as crenças e esperanças de

que o país caminha firmemente para o desenvolvimento sustentado, disse.

Ideli reconhece que há muitos problemas e dificuldades a serem enfrentados, mas acredita que só serão encontradas alternativas para todo o leque de restrições sociais do Brasil quando um verdadeiro pacto se formar no país.

A senadora registrou dados publicados pela imprensa, entre os quais a desaceleração dos preços agrícolas e sua repercussão nos cálculos de uma inflação menor; o aumento do lucro registrado pelas 500 maiores empresas brasileiras em 2003; e o crescimento da produção de eletrônicos na Zona Franca de Manaus (AM).

Valmir Amaral defende a retomada do crescimento

A retomada do crescimento econômico do país voltou a ser defendida pelo senador Valmir Amaral (PMDB-DF), ao advertir que, do contrário, programas governamentais considerados criativos, como o Primeiro Emprego para os Jovens, estarão condenados ao fracasso já que dependem de uma economia aquecida para alcançar o pleno sucesso.

– Sem a retomada do crescimento econômico será muito difícil convencer os empresários a contratar novos empregados, mesmo que recebam incentivos – alertou Valmir Amaral. Ele pregou uma revisão no Primeiro Emprego com o objetivo de torná-lo menos burocrático, a começar pelo fim do dispositivo que obriga as empresas que aderirem ao programa a não demitirem empregados regulares pelo período de 12 meses.

Valmir Amaral advertiu ainda para o aumento do desemprego que afeta milhões de pessoas em todo o país. Ele atribuiu o problema ao inexpressivo crescimento da economia brasileira nos últimos anos.

O representante do Distrito Federal homenageou os estudantes de Direito pelo transcurso do seu dia, comemorado em 19 de maio, data também consagrada ao padroeiro dos advogados, Santo Ivo.



Moreira Mariz

RISCO Valmir Amaral adverte que quadro atual pode levar ao fracasso programas do governo



RESPEITO Projeto de Tourinho proíbe transferência de jogador durante campeonatos nacionais

Tourinho quer preservar qualidade do futebol

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apresentou projeto de lei com o objetivo de manter os jogadores de futebol no Brasil e garantir a qualidade do esporte durante todo o andamento dos campeonatos. A proposta altera a redação do artigo 40 da Lei 9.615/98 (Lei Pelé) para vedar a cessão ou transferência para o estrangeiro de atleta profissional que esteja inscrito em qualquer campeonato em disputa reconhecido pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

De acordo com Tourinho, o reconhecimento internacional da habilidade dos atletas brasileiros tem resultado num grande êxodo dos principais jogadores para mercados economicamente atraentes nos últimos 20 anos. Mais recentemente, com a piora na situação financeira dos clubes, a competição com os grandes centros do futebol se agravou e ficou difícil segurar no país os melhores jogadores.

"É imprescindível, num momento em que evoluímos no formato do campeonato nacional, por meio de uma disputa por pontos corridos, observarmos o desmantelamento completo de equipes no meio de uma competição, resultando, praticamente, na divisão do campeonato brasileiro em duas partes: antes e depois do início da temporada internacional de futebol", diz Tourinho na justificativa do projeto.

O parlamentar baiano também está sugerindo, à margem do projeto de lei, que o calendário do campeonato brasileiro seja compatível com os principais campeonatos internacionais, a exemplo do que ocorre no voleibol.

Se a sugestão for aceita, a mudança proposta no projeto do senador será desnecessária.

Saturnino pede ajuda de TVs para filmes nacionais

Projeto do senador fixa contribuição de 2% da receita das emissoras para as produtoras independentes

A produção cinematográfica brasileira poderá contar com um reforço financeiro caso seja aprovado, pela Comissão de Educação, o projeto de lei do Senado (PLS 88/03) que fixa uma contribuição das emissoras de TV para o setor. Apresentada pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ), a proposição estabelece a aplicação de 2% da receita bruta das concessionárias públicas e privadas de televisão na co-produção e na compra de direitos de exibição de filmes feitos por produtoras



ARTICULAÇÃO Para Saturnino, parceria poderá promover a união entre cinema e televisão

independentes.

Pela proposta, esse percentual seria dividido da seguinte forma: 1% para a co-produção e 1% para a compra de direitos de exibição de obras cinematográficas de produção independente. Está previsto ainda que o valor do minuto de cada fil-

me será determinado pela emissora ou operadora e/ou programadora com base em critérios como número de espectadores, premiação em festivais e custo médio do trabalho dessas produtoras independentes.

"Tal expediente promove a indispensável articulação entre cinema e TV, já experimentada por vários países, como os Estados Unidos e a França", observa Saturnino.

A proposta está sintonizada com a medida provisória (MP 2.228/01) que estabeleceu princípios gerais da política nacional do cinema e mostra que a presença do cinema brasileiro na televisão é tão indispensável quanto o aporte financeiro que a televisão deve destinar à indústria cinematográfica.

Ensino superior aberto à comunidade

Representantes da sociedade civil poderão ocupar um terço das vagas dos órgãos deliberativos das universidades públicas. A medida está prevista no Projeto de Lei 147/04, de autoria do senador José Jorge (PFL-PE), que altera a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com o objetivo de tornar a gestão das instituições de ensino superior mais aberta à população das regiões onde estão instaladas.

O projeto, que se encontra na Comissão de Educação (CE) para decisão terminativa, garante dois terços dos assentos do órgão deliberativo superior de cada universidade para integrantes da comunidade aca-

dêmica e um terço para representantes da sociedade civil local e regional. Em cada um dos demais órgãos colegiados e comissões, estabelece ainda o texto, os docentes ocuparão 70% das vagas.

Na opinião do senador, a legislação vigente deixou de estabelecer, com clareza, o espaço que a sociedade deve ocupar ao lado dos membros da academia nas grandes decisões das universidades públicas. Por causa dessa indefinição, sustenta, os conselhos universitários seriam órgãos "extremamente corporativistas", fechados e distanciados da sociedade.

— O projeto garante a integra-



DECISÕES José Jorge: medida promove desenvolvimento sustentável da região

ção universidade-sociedade como instrumento para promover o seu desenvolvimento sustentável, com justiça social — afirma José Jorge.

Norte do Piauí pode ter universidade

Encontra-se pronto para entrar na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) parecer do relator Alvaro Dias (PSDB-PR) a projeto que autoriza o Executivo a criar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFPar), por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Depois de ser analisada pela CCJ, a proposta seguirá para exame, em caráter terminativo, na Comissão de Educação (CE).

A UFPar, de acordo com a justificativa do autor do projeto, senador Mão Santa (PMDB-PI), terá por objetivo ministrar ensino superi-

or, desenvolver pesquisas e promover a extensão universitária. Quanto à estrutura organizacional e à forma de funcionamento, o projeto estabelece que elas serão definidas segundo estatutos e normas pertinentes, observando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com Mão Santa, o campus universitário no norte do Piauí, denominado Ministro Reis Velloso, "tem lamentável capacidade ociosa". O que ele propõe como medida emergencial é a desvinculação daquele campus da estrutura da Universidade Federal do Piauí e a auto-

rização para que a UFPar seja instalada na cidade de Parnaíba.

Quanto aos recursos, o projeto estabelece que o Executivo fica autorizado a transferir saldos orçamentários da UFPI para a UFPar, alocando-os nas mesmas atividades, projetos e operações especiais, segundo categorias econômicas e grupos de despesa previstos na lei orçamentária.

"Não se tratará de pedido de criação de cursos, mas da garantia de autonomia para futura expansão e modernização da nascente instituição de ensino", explica o relator Alvaro Dias.



HISTÓRIA Mozarildo destaca trabalho dos jornalistas de Roraima para publicar o jornal

Mozarildo comemora 60 anos do Diário Oficial de RR

No último dia 24 de julho, o *Diário Oficial do Estado de Roraima* completou 60 anos de existência. O fato foi registrado em discurso pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que destacou a importância da publicação para não somente dar publicidade aos atos da unidade da Federação, mas também registrar a história de Roraima.

— Não poderia deixar de cumprimentar as autoridades de Roraima, bem como toda sua população, pelos 60 anos do *Diário Oficial*. Sua trajetória acompanhou as transformações progressivas do meu estado — declarou Mozarildo.

O senador recordou que o *Diário* começou a ser publicado em mimeógrafo. Somente cinco anos após o seu surgimento, o *Diário*, que então se chamava *Boletim Oficial*, começou a ser rodado em uma impressora, com tipos de chumbo. Graças à inovação, a então Administração Territorial de Roraima decidiu criar também o jornal *O Boa Vista*.

Em 1953, com a aquisição de uma linotipo, foi possível "instalar uma nova fase na história da comunicação escrita em Boa Vista". Nos 20 anos de utilização dessa tecnologia, Mozarildo disse que foi possível produzir o *Boletim* e *O Boa Vista* com maior velocidade e menor custo.

Mais tarde, em 1983, para que o estado se atualizasse e passasse a dar divulgação diária de seus atos, foi criado o *Diário Oficial do Governo do Território Federal de Roraima*, transformado em *Diário Oficial do Estado de Roraima* em 1988, com a transformação do território em estado. Desde 1991, a publicação é editada pelo Departamento de Imprensa Oficial.

Zambiasi sugere identificação em braile nas teclas de telefones

Roosevelt Pinheiro



BENEFÍCIO Sérgio Zambiasi diz que seu projeto elimina barreira para deficientes visuais

Foi encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa, projeto de lei do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que torna obrigatória a identificação em braile nas teclas dos telefones fabricados e comercializados no Brasil.

"A simples identificação das teclas em braile, além da costumeira identificação visual, eliminará parte das barreiras enfrentadas diariamente pelos deficientes com limitação visual. Apesar de simples, essa medida revela-se eficaz, porquanto ampliará as suas possibilidades de comunicação e, de consequência, lhes propiciará melhor integração social", argumenta Zambiasi na justificativa do projeto (PLS 209/04).

Outra proposta que beneficia portadores de deficiência visual, o PLS 79/01, do senador

Valmir Amaral (PMDB-DF), encontra-se pronta para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A intenção do senador é que, se o deficiente visual requerer, sua carteira de identidade, título de eleitor, CPF, certificado de reservista, diplomas e outros documentos pessoais terão notação em braile que permita ao portador reconhecê-los como seus.

O parecer da relatora, Serys Slhessarenko (PT-MT), é pela rejeição da proposta.

Serys: é um erro proibir a pesquisa de célula-tronco

Senadora anuncia que vai votar a favor do projeto da Lei de Biossegurança, que tramita no Senado

Roosevelt Pinheiro



POSIÇÃO Para Serys, "não há nada de antiético" em defender estudos com célula embrionária

Por considerar que a pesquisa com células-tronco embrionárias pode salvar pessoas que hoje estão sem esperanças e melhorar a qualidade de vida delas, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) anunciou que vai votar a favor do projeto que libera as investigações científicas com esse tipo de célula, em tramitação no Senado, a chamada Lei de Biossegurança (PLC 9/04).

– Não existe nada de antiético nessa defesa. Proibir a pesquisa de célula-tronco é um erro. Não dá mais para adiar a discussão – declarou Serys.

A senadora explicou que a célula-tronco pode auto-replicar-se, gerar cópias de si mesmas e também constituir diferentes tecidos no organismo.

Por conta dessas capacida-

des, completou, é preciso incentivar as pesquisas que possam dar origem a células substitutas em tecidos lesionados ou doentes, como nos casos dos males de Alzheimer e de Parkinson, doenças neurológicas e neuromusculares em geral ou ainda o diabetes.

O discurso de Serys foi motivado por carta que recebeu do engenheiro Shiroshi Wagatsuma, que tem esclerose lateral amiotrófica, doença que ele chama de "incurável, evolutiva, limitante, incapacitante, humilhante e fatal". Na correspondência, o engenheiro pede a aprovação do projeto para beneficiar os acometidos por males incuráveis.

"Essas doenças não escolhem etnia, cor, sexo, escolaridade, nível econômico, profissão ou religião para causar estragos", diz o engenheiro na carta endereçada à senadora.

Célio Azevedo



MODERNIZAÇÃO Raupp: não se justifica impedimento de votar fora do domicílio

Raupp quer implantar voto para eleitores em trânsito

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) comunicou a apresentação de projeto para disciplinar o voto dos eleitores que estejam fora do domicílio eleitoral. Ele considera injustificável o atual impedimento para o voto desses eleitores em razão da modernização da Justiça Eleitoral. A "justificativa do voto", saída encontrada no Código Eleitoral, é apenas uma alternativa "aparentemente legal" para Raupp, uma vez que, a obrigação do voto, lembrou o senador, já está instituída pela

Constituição.

– O que existe é a ineficiência do Estado em assegurar os meios para recolher esse tipo de voto. O Código Eleitoral é de 1965, e a Constituição é de 1988. A Carta Magna está acima de qualquer lei – argumentou.

A implantação do voto em trânsito deverá ser feita de forma gradual pelo projeto (PLS 207/04) de Raupp. Ele reconhece a necessidade de investimentos e de tempo para operacionalização do novo sistema, de modo a garantir a confiabilidade do processo.

Num primeiro momento será permitido a todos os eleitores votarem para presidente da República; em seguida, a possibilidade deverá ser estendida para o pleito eleitoral dos governadores, senadores e deputados, desde que o eleitor esteja dentro do seu estado. Numa terceira fase, o voto será permitido para os eleitores que estejam fora do seu estado.

Raupp considera um paradoxo a possibilidade de voto, nas eleições para presidente da República, para os eleitores que estão fora do país, enquanto quem se encontram no Brasil não podem votar por não estarem no domicílio eleitoral no dia das eleições. Ele disse que basta vontade política e decisão para usar os recursos técnicos com vistas a implementar um novo sistema de votação.

Cabral propõe Cadastro Nacional de Adoção

Já se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para ser apreciado em decisão terminativa, projeto de autoria do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que cria o Cadastro Nacional de Adoção. Segundo o senador, a proposta tem por meta facilitar os caminhos de quem deseja fazer adoção.

A criação do cadastro nacional, conforme prevê o projeto (PLS 27/04), vai permitir, na

avaliação de Sérgio Cabral, que um único registro da criança e do adolescente, além da pessoa interessada em adotar, sirva como base de informações para todo o país. O cadastro poderá ser consultado a qualquer momento, por qualquer pessoa.

Atualmente, lembrou o senador, os candidatos à adoção têm que se deslocar a diversos municípios para formalizar seu ingresso em cadastros re-



AGILIDADE Cabral sugere um registro único das crianças e das pessoas interessadas em adotar

gionais. Para o senador, esse tipo de burocracia dificulta o processo.

Paim defende maior acesso ao FGTS

Os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) poderão ser utilizados para o pagamento de financiamento habitacional concedido por entidades fechadas de previdência complementar. É o que propõe o projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e aguarda o parecer do relator. O projeto (PLS 68/04) altera o artigo 20 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, e é terminativo na comissão. Para o parlamentar, a matéria amplia as possibilidades do "sonho da casa própria".

Ao justificar o projeto, Paim

Célio Azevedo



SUGESTÃO Paim propõe uso do fundo para pagamento de financiamento da casa própria

afirmou que os fundos de pensão têm-se mostrado os melhores geradores de poupança interna, sendo considerados instrumentos fundamentais de fi-

nanciamento da economia brasileira no panorama do acentuado desenvolvimento e internacionalização dos mercados mundiais. No entanto, na opinião do senador, isso não significa que sua contribuição exclua políticas de atração de capitais externos e de recuperação da poupança pública.

Paim defende que, embora o FGTS para aquisição de moradia só seja permitido em operação que se enquadre nos padrões do Sistema Financeiro de Habitação, é possível que o trabalhador tenha financiamento em outras instituições, como os fundos de pensão.

Gerardo Magalhães

Tuberculose e hanseníase ainda preocupam

A hanseníase e a tuberculose são doenças infecciosas causadas por bactérias transmitidas pela via respiratória. Apesar de curáveis, elas constituem grave problema de saúde pública no país, em razão do número

de infectados. Muitas pessoas desconhecem que são portadoras dos bacilos transmissores e acabam disseminando a enfermidade. Outras vezes, por se considerarem curados, os doentes abandonam o tratamento.

A tuberculose é a doença in-

fecciosa que mais mata no mundo. Dados do Ministério da Saúde indicam que há, no Brasil, 85 mil portadores da doença, com cerca de 6 mil mortes por ano.

O número de hansenianos também é alto, fazendo com

que o país ocupe o segundo lugar na quantidade de doentes, atrás somente da Índia. Ano passado, foram registrados 47 mil novos casos. A taxa de incidência é de 3,88 por 10 mil habitantes. Para deixar de ser considerada problema de saúde

pública, a prevalência da hanseníase deve ser inferior a um caso por 10 mil habitantes.

As duas doenças podem ser tratadas gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Saiba mais sobre a hanseníase e a tuberculose nesta edição.

Hanseníase

O que é

Doença infecto-contagiosa causada pelo bacilo *Mycobacterium leprae* ou bacilo de Hansen, que ataca normalmente a pele, os olhos e os nervos. Também é conhecida como lepra, morfêa e mal de Lázaro.

Como se pega

Por meio das secreções respiratórias. Uma pessoa infectada libera o bacilo no ar, pela tosse, espirro, fala ou bocejo, e contagia outra. O paciente em tratamento regular ou que já recebeu alta não é mais transmissor. O período de incubação da doença – tempo decorrido entre a exposição ao agente etiológico e o aparecimento dos sinais ou sintomas da doença – varia de dois a sete anos.

Sintomas e sinais

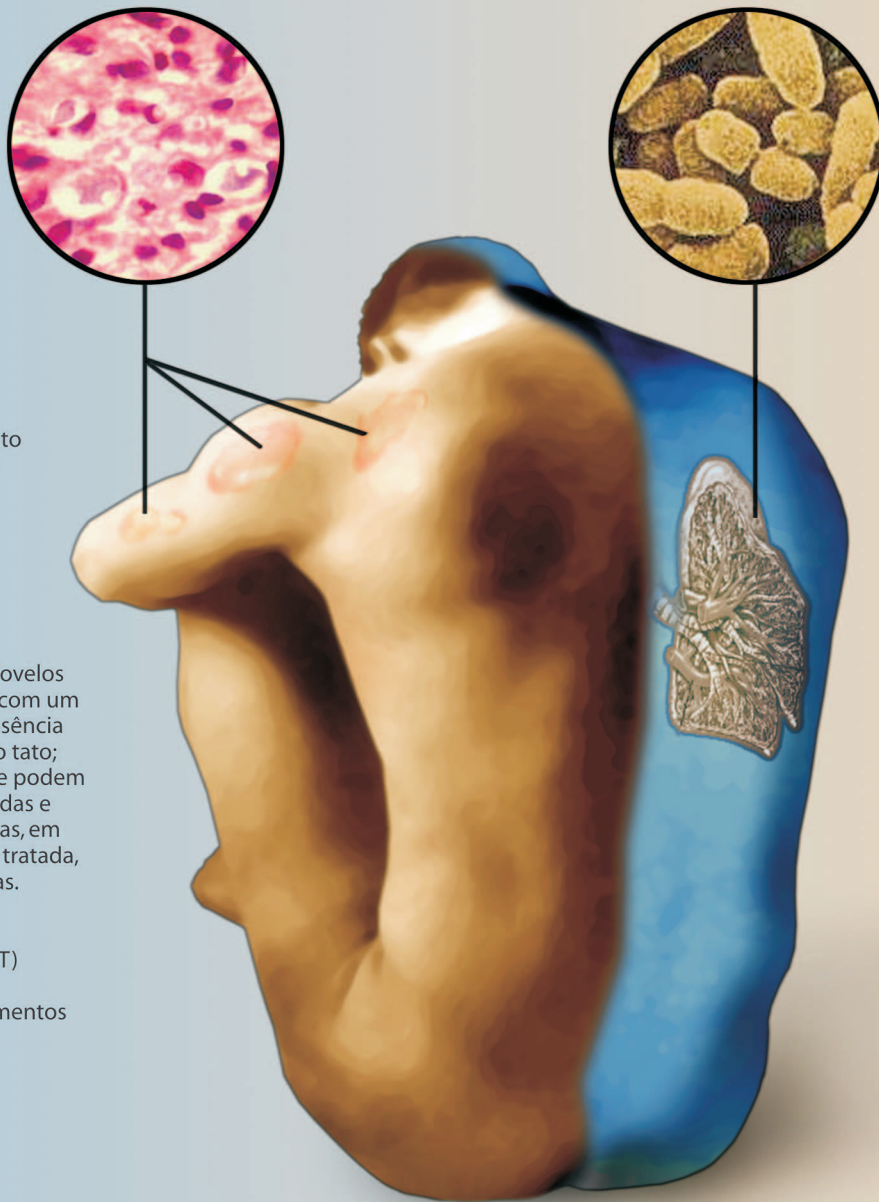
Caroços ou inchaços no rosto, orelhas, cotovelos e mãos; entupimento constante do nariz, com um pouco de sangue e feridas; redução ou ausência de sensibilidade ao calor, ao frio à dor e ao tato; manchas em qualquer parte do corpo que podem ser pálidas, esbranquiçadas ou avermelhadas e partes do corpo dormentes ou amortecidas, em especial as regiões cobertas. Quando não tratada, a doença pode causar deformidades físicas.

Tratamento

Recebe o nome de poliquimioterapia (PQT) e é feito com a ingestão de comprimidos. Pode levar de seis a 24 meses. Os medicamentos são distribuídos gratuitamente pelo SUS.

Vacina

Não tem. O diagnóstico precoce é a melhor forma de evitar que esse mal se propague.



Tuberculose

O que é

Doença infecciosa e contagiosa causada pelo bacilo *Mycobacterium tuberculosis* ou bacilo de Koch. Mais de 90% dos casos de tuberculose são pulmonares, mas a doença pode atingir várias outras partes do corpo (pele, rins, meninges, etc.)

Como se pega

Por meio das secreções respiratórias. Doentes não tratados costumam eliminar grande quantidade de bactérias ao tossir, falar ou espirrar, que podem ser aspiradas por outras pessoas e contaminá-las.

Sintomas e sinais

Tosse (por mais de três semanas), febre, suores noturnos, falta de apetite, emagrecimento, cansaço, mal-estar. Aqueles que apresentam tosse com catarro há mais de três semanas devem procurar uma unidade do Sistema Único de Saúde (SUS) para ser examinados.

Tratamento

Com comprimidos. Na maior parte dos casos, dura seis meses, se o tratamento for feito corretamente. Se o tratamento for interrompido, as bactérias ficam resistentes aos medicamentos e mais difíceis de ser tratadas.

Vacina

A BCG, sigla de Bacilo de Calmette e Guérin, é obrigatória para as crianças menores de 1 ano. Ela deve ser aplicada no primeiro mês de vida do recém-nascido. Com a vacina, previne-se a forma mais grave da doença. Recomenda-se a revacinação das crianças em idade escolar, por volta dos 6 anos.

Todos os casos diagnosticados de hanseníase e tuberculose são de notificação compulsória, ou seja, devem ser informados pelo médico à Secretaria de Saúde do município.

Doentes têm direito a tratamento gratuito, auxílio financeiro e isenção de imposto

Além de receber gratuitamente tratamento médico e remédios da rede pública de saúde, os portadores de tuberculose ativa e hanseníase têm outros direitos previstos na legislação. O doente que for inscrito no Regime Geral de Previdência Social e ficar incapacitado para o trabalho, mesmo que temporariamente, por mais de 15 dias consecutivos, tem direito ao auxílio-doença ou à aposentadoria por invalidez, se for o caso.

E conforme a Lei 9.259/95, o portador fica isento do recolhimento

do Imposto de Renda sobre o rendimento de aposentadoria ou pensão. A isenção é concedida a partir do mês da emissão do laudo pericial. Não são isentos os ganhos com outros rendimentos, como aplicações financeiras e aluguéis. A isenção também se aplica aos ganhos obtidos com o auxílio-doença, seguros, apólices e pecúlio, conforme determinam as Leis 7.713/88 e 8.541/92, o Decreto 3.000/99 e a Instrução Normativa SRF 15/01.

Propostas em tramitação

Para melhorar os programas de

saúde, o deputado Wellington Roberto (PL-PB) apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC 142/03) instituindo o Fundo de Combate ao Câncer e Erradicação da Hanseníase. No Senado, tramita o projeto (PLS 32/04), de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), que institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção da Hanseníase, com o objetivo de mobilizar a sociedade e prestar homenagem às vítimas da doença e às pessoas que contribuem para o combate dessas moléstias no país.

Informações úteis

Disque-Saúde: 0800 61-1997

Disque-Medicamentos: 0800 644-0644

Organização Pan-Americana de Saúde (Opas)
Tel: (61) 426-9595 – www.opas.org.br

Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT)
Tel: 0800 61-6218 – www.sbpt.org.br

Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan)
Telehansen: 0800 26-2001 – www.morhan.org.br

Sociedade Brasileira de Hansenologia
Tel: (16) 3911-6339 – www.sociedadehansenologia.com.br

Rede Brasileira de Pesquisa e Combate à Tuberculose
Tel: (16) 602-3228 – www.redetb.usp.br

Associação Alemã de Assistência aos Hansenianos e Tuberculosos (DAHWT)
www.dahwmt.org.br/institucional.htm

Associação NLR Brasil
Tel: (21) 2544-8383 – www.hansen.org.br

Instituto Lauro Souza de Lima (ILSL)
www.ilsl.br